



Coordenação de Armindo Rodrigues

Dia Nacional da Visibilidade Trans no Brasil: avanços e armadilhas em duas décadas

Autora: Tatiana Clébicar*

No próximo dia 29, o Brasil celebrará duas décadas do Dia Nacional da Visibilidade Trans. A data, que antecedeu a criação do International Transgender Day of Visibility em 31 de maio de 2009, foi instituída após um grupo de travestis lançar no Congresso Nacional a campanha “Travesti e respeito”, desenvolvida pelo Ministério da Saúde em articulação com as interessadas. Nesses 20 anos, as pessoas trans – que não se reconhecem com a designação de sexo que receberam ao nascer e que se identificam como transgêneros, transexuais, mulheres trans, homens trans, travestis, pessoas não-binárias entre outras identidades de gênero – têm reivindicado formas favoráveis de serem vistas na sociedade. Parte dessa história é contada na tese de doutoramento *“Transver o mundo”*: pessoas, campanhas e notícias, que se concentrou em materiais produzidos pelo Governo Federal, jornais e relatos de pessoas trans para entender a produção discursiva sobre o tema. Desenvolvido na Fundação Oswaldo Cruz, o trabalho baseou-se no conceito de visibilidade, usado na filosofia, na comunicação e na saúde, para investigar como as pessoas trans se dão a ver, como são vistas e como veem os olhares sobre si. Refletir sobre a visibilidade das identidades trans signifi-

cou considerar o seu potencial e também a sua vulnerabilidade num período que alternou avanços e retrocessos. Estratégias políticas, culturais e mediáticas contribuíram para a melhor compreensão dessas experiências, ampliando as possibilidades de existência e a reivindicação de direitos. Movimentos sociais consolidaram a sua atuação, principalmente, nas grandes capitais do país. Na cena cultural, artistas da música, da literatura, do teatro, da TV e do cinema levaram aos palcos, aos ecrãs e aos livros histórias sobre formas plurais de estar no mundo. Nas ciências, a presença de investigadoras e investigadores trans lançou novos olhares para antigas questões. Por outro lado, permanecem variadas formas de violência física e simbólica que adoecem e matam as pessoas trans, principalmente as travestis. No Brasil, a recente conjunção de um governo explicitamente contrário a essa agenda e da pandemia da covid-19 agravou a situação.

Falar com ≠ falar sobre

A pesquisa foi desenvolvida em etapas. A primeira consistiu na recolha e análise de materiais publicados entre 2004 e 2022: cartazes (Figura 1), folhetos, cartilhas, vídeos institucionais e notícias dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O*



Figura 1: Cartaz da campanha de 2016 // Fonte: Brasil – Governo Federal

Coordenação de Armindo Rodrigues



LITERATURA TODOS OS GÊNEROS

LIVROS DE AUTORES TRANS ganham espaço no mercado editorial e ajudam a derrubar estereótipos e mostrar uma outra realidade para além da repressão e do preconceito



Figura 2: Notícia de 27 de janeiro de 2020 // Fonte: O Globo

Globo (Figura 2). Pessoas trans que se destacaram nessas produções foram, então, convidadas para uma entrevista por videoconferência devido à pandemia. Nove delas, com perfis variados e provenientes de diferentes regiões do país, aceitaram. Após a primeira ronda de conversas, ficou nítida a necessidade de retornar às/aos participantes para que tivessem a oportunidade de conhecer e discutir os resultados. Em debate desde o início do projeto, uma inquietação manifestada por algumas pessoas entrevistadas motivou o reencontro virtual: a investigação era conduzida por alguém que não cruzou qualquer fronteira de gênero – uma pessoa cis, portanto. Tal característica precisava ser levada em conta e foi ponderada no diálogo com os/as participantes, no processo de (co)orientação e na formação de um júri composto por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes campos, atuações e identidades de gênero. Essa foi a maneira encontrada para fazer jus à proposta de falar com as pessoas trans e não sobre elas. Num momento em que está em voga o debate sobre o *lugar de fala* na produção científica, a tese distingue que o respeito e o cuidado dedicados à alteridade não se confundem com a interdição de fala.

As formas de visibilidade trans construídas inicialmente no campo da saúde e reconstruídas pelos *media* criaram algumas armadilhas, como a fetichização dos corpos trans, e são ainda insuficientes para que as pessoas trans desfrutem do exercício pleno da cidadania. Mesmo assim, foram geridas pelas pessoas trans, protagonistas de todo o processo, e contribuíram para conquistas importantes como o direito à retificação da documentação civil e a oferta do chamado processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), comparável ao SNS português. Além disso, no

contexto de um governo que restringiu as campanhas entre 2018 e 2022, os jornais atuaram como aliados, chamando atenção anualmente para a data. Apesar dos desafios a vencer, instituir um dia de visibilidade promoveu avanços em duas décadas. O maior deles foi contribuir para que as *pessoas trans* sejam vistas como *pessoas*.

*Professora auxiliar convidada na FCSH e integrante do grupo de investigação “Diversidade sexual, cidadania e religião”, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É doutorada em Comunicação e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).



Conferência na UAC abre espaço para discutir relações de alteridade na ciência

Como construir conhecimento de forma partilhada sem abdicar do caráter autoral da produção científica? Como lidar com a alteridade de forma respeitosa, mas não subserviente? Esses e outros desafios relativos a pesquisas qualitativas serão debatidos na

comunicação *“Transseeing the world”: the theoretical and methodological challenges of a cisgender woman researching transgender visibility* nesta quarta-feira durante a 8th World Conference on Qualitative Research, realizada de forma híbrida na UAC.